

TENSIONAMENTOS ENTRE DESENVOLVIMENTO, NATUREZA E CULTURA: o caso do Serro/MG frente à expansão minerária no Vale do Jequitinhonha

Roberta Brangioni Fontes

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

RESUMO

Neste trabalho discutimos o conflito ambiental que vivencia o município do Serro/MG, devido às tentativas de implantação de mineradoras de ferro em seu território, desde 2014. O objetivo é descrever e discutir como se processam localmente os tensionamentos entre as empresas mineradoras e os que resistem à mineração, acionando a defesa do lugar a partir de sua biodiversidade, cultura, direitos das comunidades quilombolas e seus modos de vida tradicionais. Para isso, fazemos uma contextualização histórica do problema e analisamos o processo de conflito e resistência com base nos referenciais teóricos sobre desenvolvimento e ecologia política. Nos valem da pesquisa bibliográfica, documental e observação participante realizadas de 2019 a 2021. A análise evidenciou o alinhamento de estruturas coloniais, racistas e antidemocráticas, com o projeto neoeextrativista representado pelas empresas minerárias.

Palavras-chave: Mineração. Conflitos ambientais. Serro.

TENSIONS BETWEEN DEVELOPMENT, NATURE AND CULTURE: the case of Serro/MG in the face of mining expansion in the Jequitinhonha Valley

ABSTRACT

In this paper, we discuss the socio-environmental conflict that the municipality of Serro/MG is experiencing, due to the attempts to set up iron mining companies in its territory, since 2014. The objective is to describe and discuss how the tensions between mining companies and those who resist mining are locally processed, triggering the defense of the place based on its biodiversity, culture, rights of quilombola communities and their traditional ways of living. To this end, we have contextualized the problem historically and analyzed the process of conflict and resistance based on theoretical frameworks on development and political ecology. We made use of the bibliographical research, documental research and participant observation, which were carried out from 2019 to 2021.

The analysis showed the alignment of colonial, racist and anti-democratic structures, with the neoextractivism project represented by the mining companies.

Keywords: Mining. Environmental conflicts. Serro.

Recebido em: 25/09/2022

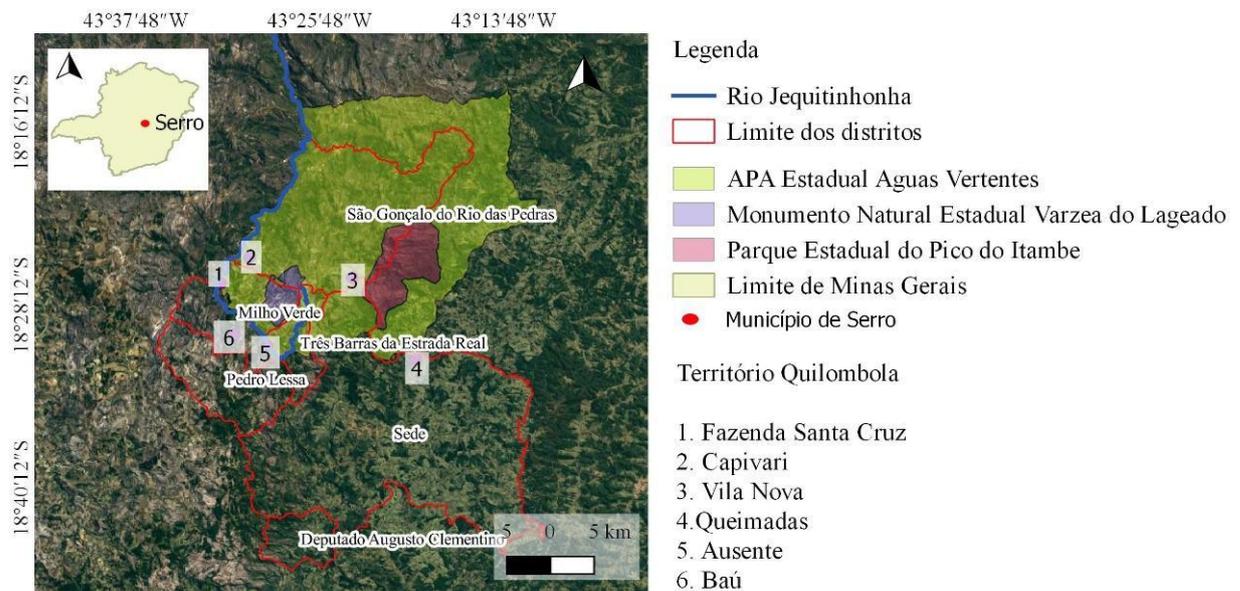
Aceito em: 09/11/2022

INTRODUÇÃO

O município do Serro está localizado na cordilheira do Espinhaço, na porção alta do Vale do Jequitinhonha (Figura 1). É reconhecido por suas belezas naturais, saberes tradicionais e seu patrimônio histórico e cultural. Possui cerca de 20.915 habitantes, sendo que 38,1% de sua população vive em situação domiciliar rural (IBGE, 2010). Sua formação sócio-histórica é marcada pela exploração mineral, de ouro, diamantes e pedras preciosas a partir do século XVII.

Para o trabalho nas minas, foram trazidos grandes contingentes de africanos escravizados, cuja cultura se faz presente em diversas dimensões da vida serrana: na culinária, nas festas, na religiosidade, nos cantos em dialeto africano – os vissungos – e nos modos de vida próprios que perduram sobretudo nas seis comunidades remanescentes de quilombos já reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP): Baú, Ausente, Santa Cruz, Vila Nova, Capivari, Queimadas (BRASIL, 2021).

Figura 1 – Localização do município do Serro, distritos e sede, áreas de conservação e comunidades remanescentes de quilombos



Fonte: Roberta B. Fontes (2021)

A partir de meados do século XX, o Serro, assim como todo o Vale do Jequitinhonha, passou por um período de estagnação econômica, pelo qual a região ficou estigmatizada como o “Vale da Miséria”. Os baixos indicadores socioeconômicos do Vale do Jequitinhonha, derivados dos problemas que assolavam a população como a fome, a seca, a mortalidade infantil, desemprego, fizeram com que a região fosse alvo de diversos projetos e programas de desenvolvimento, sobretudo a partir da década de 1970, dentre os quais podemos elencar projetos minerários, hidrelétricos e do agronegócio, que todavia, não lograram alcançar mudanças significativas nesses indicadores (RIBEIRO *et al.*, 2007).

Apesar do discurso de “modernização” e de veiculação do “progresso”, as tentativas de resoluções dos problemas sociais no Vale do Jequitinhonha foram feitas sem considerar o caráter estrutural desses problemas, sem a participação das populações rurais e sem um adequado conhecimento da região. O resultado foi a criação de novos problemas sociais e ambientais, refletindo na expropriação da agricultura familiar e camponesa e na desagregação de modos de vida tradicionais (RIBEIRO, 1993).

Nesse contexto, o município do Serro/MG, localizado no Vale do Jequitinhonha, tem vivenciado um intenso conflito ambiental desde 2014, devido às tentativas de implantação de mineradoras de ferro em seu território, que encontram a resistência local ao empreendimento, sobretudo por parte de comunidades rurais e quilombolas. O processo teve início com o pedido de

TENSIONAMENTOS ENTRE DESENVOLVIMENTO, NATUREZA E CULTURA

FONTES, R. B.; DE PAULA, A. M. N. R.

CONFLUÊNCIAS | ISSN: 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ

v.24, n.3 agosto/dez de 2022 | pp. 203-221

conformidade municipal para minerar no território por parte da Anglo American S.A, em 2014, e prosseguiu com a tentativa de obtenção da conformidade por parte da Herculano Mineração, a quem a Anglo cedeu seus direitos minerários no ano de 2018.

O projeto de mineração de ferro da empresa Herculano obteve a conformidade municipal no ano de 2021, apesar de forte oposição popular e de continuar sendo contestado em diversas instâncias da justiça, como descreveremos neste trabalho. A conquista da Herculano abriu caminho para outras empresas pleitearem sua atuação, como é o caso da Onix Mineração Ltda., que apresentou seu projeto de mineração de ferro e pedido de conformidade ao Conselho de Desenvolvimento do Meio Ambiente do Serro (CODEMA/Serro), no ano de 2022.

Portanto, nosso objetivo é descrever e discutir como têm se processado localmente os tensionamentos entre as empresas mineradoras e os que resistem à sua atuação, sendo o nosso recorte voltado para o caso do conflito com a mineradora Herculano, sobretudo no período de 2019 a 2021. Para isso, fazemos uma contextualização histórica do problema e apresentamos algumas descrições sobre os processos de conflito e resistência, destacando os sujeitos, seus discursos e formas de atuação.

Este estudo teve como base a pesquisa bibliográfica, documental e observação participante realizadas de 2019 a 2021, período em que uma das autoras vem atuando como professora em escola estadual do Serro e apoiando as comunidades quilombolas na defesa de seus direitos. Ou seja, este trabalho é também fruto de vivências e reflexões cotidianas junto às comunidades atingidas pelo projeto minerário.

As análises foram feitas com base nos referenciais teóricos dos estudos sobre desenvolvimento e ecologia política. A leitura que fazemos sobre o desenvolvimento é uma abordagem crítica que está permeada por estudos sobre o desenvolvimento como mito (RIST, 1997) e os debates sobre neoextrativismo empreendidos por pesquisadores como Alberto Acosta (2016) e Maristela Svampa (2016). Nossa orientação epistemológica se ancora na compreensão de uma ciência social dialógica, com compromisso ético e ativo com as causas dos sujeitos que pesquisa.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO E HISTÓRICO DO CONFLITO EM TORNO DA MINERAÇÃO DE FERRO NO SERRO/MG

Alguns países latino-americanos como o Brasil, Equador, Bolívia, e Argentina, que experimentaram governos progressistas nas últimas duas décadas, vivenciaram um novo ciclo de desenvolvimento, que vem sendo caracterizado como um neodesenvolvimentismo. Algumas de suas características são a maior intervenção do Estado nas políticas e programas de desenvolvimento e a destinação de parte dos fluxos monetários advindos do crescimento econômico para políticas sociais de redistribuição de renda (ACOSTA, 2016; SVAMPA, 2016).

No Brasil, esse ciclo pode ser observado a partir de 2003, com o *boom* das commodities, que estimulou um desenvolvimento primário-exportador, baseado no extrativismo, conceito aqui entendido como a extração de grandes volumes de recursos naturais não-processados ou processados apenas parcialmente (ACOSTA, 2016). O extrativismo neodesenvolvimentista subsidiou programas sociais de redistribuição de renda no contexto brasileiro, porém, agravou a devastação da natureza e os conflitos socioambientais e territoriais. Na lógica do modelo agrário-exportador, os governos progressistas não conseguiram romper com as elites empresariais em alguns aspectos estruturais e, assim, não foram capazes de realizar reformas profundas que alterassem efetivamente as desigualdades sociais.

O ciclo neodesenvolvimentista dos governos progressistas se encerra no Brasil em 2016, porém, o ciclo que se inicia com um governo de extrema direita, implementa uma agenda econômica que aprofunda ainda mais a voracidade pelo extrativismo e espólio da natureza, avançando com os grandes projetos de desenvolvimento sobre terras tradicionalmente ocupadas. Crescem também o antiambientalismo, o ataque aos movimentos sociais e os processos de desregulamentação ambiental.

Tanto no ciclo progressista quando no atual, o Estado de Minas Gerais tem vivenciado o aumento dos conflitos ambientais e as pressões para expansão da fronteira minerária (ZHOURI, 2018). O desgaste e esgotamento das reservas do Quadrilátero Ferrífero, bem como os drásticos rompimentos de barragens em Mariana, em 2015, e Brumadinho, em 2019, que se desdobraram em intensos conflitos, contribuíram para o deslocamento do foco de novos empreendimentos para outras regiões, especialmente sobre o Vale do Jequitinhonha e no norte de Minas Gerais.

É nesse contexto que discutimos o conflito ambiental que vivencia o município do Serro/MG, devido à tentativa de implantação de mineradoras de ferro em seu território. Segundo Zhouri e Laschefski (2010), os conflitos ambientais surgem do confronto entre distintas concepções, sentidos e práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material. Logo, podem se iniciar desde a concepção ou planejamento de determinada atividade, antes que ela esteja materializada.

TENSIONAMENTOS ENTRE DESENVOLVIMENTO, NATUREZA E CULTURA

FONTES, R. B.; DE PAULA, A. M. N. R.

CONFLUÊNCIAS | ISSN: 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ

v.24, n.3 agosto/dez de 2022 | pp. 203-221

É o que ocorre no Serro desde 2014, quando a empresa Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A, que atua no projeto Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro/MG, solicitou declaração de conformidade municipal para implantar o Projeto Serro, que pretendia realizar lavra de minério de ferro na escala de 500.000 toneladas/ano (LEITE, 2020). Diante desse fato, em 2015, o projeto de extensão da Pontifícia Universidade Católica (PUC/Serro) intitulado “A luta pelo reconhecimento dos direitos fundamentais das comunidades remanescentes de quilombo” formou um grupo para analisar o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), apresentado pela empresa e prestar assistência à comunidade quilombola de Queimadas na defesa de seus direitos contra a implantação desse empreendimento, que se sobreponha ao seu território.

Queimadas é uma das seis comunidades remanescentes de quilombos do Serro, que possui cerca de 50 famílias e 250 pessoas, que se dedicam principalmente ao cultivo do café, mandioca ou hortaliças. A comunidade possui procedimento administrativo aberto no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Minas Gerais (INCRA/MG) para regularização do território quilombola desde 2012 (COSTA, 2017).

Com grande mobilização popular para análise do EIA/RIMA, chegou-se à conclusão de que: o empreendimento prejudicaria os recursos naturais no território de Queimadas, comprometendo seus modos tradicionais de viver; apresentava risco para o conjunto arquitetônico e histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na sede do município; diminuiria a disponibilidade hídrica do Rio do Peixe e no Córrego do Siqueira; e poderia afetar negativamente os recursos naturais no interior da unidade de preservação integral do Parque Estadual do Pico do Itambé (PEPI), por requerer atuação na área de amortecimento do parque.

Inicialmente, a empresa sequer reconhecia que Queimadas era atingida e constava na Área de Influência Direta (AID) de seu projeto. Apenas após ser contestada, a empresa admitiu sua existência, porém negou-se a realizar a consulta livre, prévia e informada aos órgãos representativos de Queimadas, acerca do empreendimento, direito previsto na Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Diante disso, o projeto de extensão, com grande apoio popular, defendeu a desconformidade do empreendimento à legislação municipal sobre uso e ocupação do solo, que foi acatada pelo CODEMA em 2015 (COSTA, 2017; LEITE, 2020).

Após alguns anos tentando sem sucesso reverter a decisão do CODEMA, a Anglo American cedeu os direitos minerários à Mineração CONEMP Ltda. – a empresa Herculano –, que em 2018 deu entrada a um novo pedido de conformidade para exploração de minério de ferro nas mesmas

poligonais que a Anglo havia tentado. Paralelamente ao pedido junto ao CODEMA, a Herculano concedeu vantagem econômica à Prefeitura Municipal do Serro por meio do patrocínio à 32ª Festa do Queijo do Serro, no período de 13 a 18 de novembro de 2018. Também prometeu destinar R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para a Casa de Caridade Santa Teresa – o Hospital do Serro –, que é mantida financeiramente pela Prefeitura Municipal do Serro/MG (MANDADO DE INJUNÇÃO COLETIVO, 2021).

A Herculano apresentou ao CODEMA um estudo ambiental que prosseguiu com omissões quanto aos danos socioambientais que seu empreendimento poderia causar. Pesquisadores do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear da Universidade Federal de Minas Gerais (CDTN/UFMG), analisaram o estudo e produziram um estudo técnico apontando os erros, irregularidades e inconsistências encontrados. Segundo os especialistas, o empreendimento omitiu e manipulou dados para mascarar o fato de que afetará diversas nascentes e comprometerá a bacia do rio do Peixe, principal fonte de abastecimento hídrico do Serro, que já enfrenta períodos de escassez e falta de água. Como o empreendimento pretendido fica a poucos quilômetros do centro histórico da cidade, há indícios de que também pode colocar em risco o patrimônio arquitetônico e histórico. Além disso, continua ameaçando a comunidade quilombola de Queimadas, localizada a menos de 1 km de distância do local pretendido, que, novamente, não foi citada no estudo ambiental apresentado, tendo seu direito à consulta violado.

O estudo elaborado por especialistas da UFMG foi apresentado em reunião do CODEMA de 17 de abril de 2019, junto a recomendações do Ministério Público Estadual e Federal alertando o Conselho e sugerindo que a empresa fosse instada a apresentar estudos complementares. Negligenciando essas apresentações, a conformidade ao empreendimento da Herculano foi deliberada pelo CODEMA. A Federação Quilombola entrou com uma liminar no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) questionando a conformidade. A liminar foi concedida na primeira instância, porém, a empresa recorreu e o TJMG suspendeu a decisão. Depois disso, a Federação Quilombola recorreu novamente, porém o recurso demorou mais de dois anos para ser julgado, até perder o objeto (ABA, 2021).

A reunião de 17 de abril ocorreu em um lugar que não comportava a quantidade de pessoas que desejava participar, pois havia grande mobilização popular, sobretudo das comunidades quilombolas e rurais. A prefeitura, mesmo notificada de que o lugar escolhido para sua realização seria pequeno, não remanejou o local. Como a empresa e seus apoiadores chegaram quase duas horas

antes do início, grande parte dos que ficaram do lado de fora foram os que se manifestavam contra a entrada da mineradora. Essa atitude de compressão intencional dos espaços democráticos por parte da prefeitura foi recorrente em outros momentos.

Pouco tempo após a reunião de 17 de abril, o presidente do conselho que presidiu essa sessão renunciou ao cargo e foi substituído pela vice-presidente, que em 29 de maio anulou a decisão de abril em função das irregularidades. Passados mais alguns meses, com o término do mandato da então presidenta, o novo presidente do CODEMA conseguiu reverter sua decisão, em uma reunião em 28 de janeiro de 2021, quando cancelou a anulação ocorrida em 29 de maio. A reunião de janeiro foi convocada às pressas e sem participação popular num contexto de pandemia de COVID-19, quando os casos cresciam no Serro. A população enviou ao CODEMA, cento e quarenta requerimentos, reivindicando seu direito de participar, porém, a presidência do conselho ignorou e manteve a data, que por motivos sanitários, precisaria ser realizada com restrição de participantes. O atual prefeito emitiu a declaração de conformidade para a mineradora Herculano sem verificação das denúncias e recomendações formalizadas.

Após obter a anuência do município, a empresa deveria dar entrada no processo de licenciamento ambiental junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e às devidas Superintendências Regionais de Meio Ambiente (SUPRAM). Porém, antes dessa etapa, a empresa enviou, ilegalmente, pedidos de anuência e autorizações ambientais a órgãos intervenientes como o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), o IPHAN e a FCP (ABA, 2021).

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), realizou um estudo detalhado sobre o Projeto Serro e emitiu parecer técnico, destacando os vícios insanáveis do processo, a insuficiência de informações e omissões de impactos. Recomendou a anulação da anuência do CODEMA, a realização de um Estudo do Componente Quilombola (ECQ) e sugeriu ainda outras providências. Após a repercussão dessa nota técnica e as persistentes mobilizações populares, o Ministério Público de Minas Gerais ajuizou ação civil pública para suspender o licenciamento ambiental da Herculano (ACP, 2021).

2. CONFLITO E RESISTÊNCIA: SUJEITOS, DISCURSOS E FORMAS DE ATUAÇÃO

Desde que a empresa Herculano entrou com o pedido de conformidade em 2018, foi retomada a mobilização da comunidade para acompanhar o processo. O perfil dos envolvidos nessa resistência local é diverso, destacando-se: moradores das comunidades quilombolas; agricultores; militantes de movimentos sociais; professores, estudantes e pesquisadores vinculados às causas socioambientais; e ambientalistas de perfis diversos, moradores do município. Dentre as instituições e organizações mais presentes, destacam-se a PUC/Serro, por meio de sua atuação na defesa dos direitos das comunidades quilombolas; a Federação Quilombola N'Golo; o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e o Movimento pelas Águas do Serro e Santo Antônio do Itambé¹.

A participação de pessoas moradoras da sede do município ainda é menor se comparada com a população dos distritos e comunidades rurais, o que faz com que se crie, por parte dos defensores da mineradora, a retórica de que quem não quer a mineração são os “de fora”. Essa afirmação apareceu algumas vezes durante audiências públicas, reuniões do CODEMA, manifestações e comentários de estudantes das escolas estaduais da sede. Ela aciona um estigma recorrente na sociedade serrana, pois costumam usar essa expressão para se referir aos que não são nativos, ou seja, pessoas que vieram de outros lugares e estabeleceram residência em Serro, principalmente nos distritos. O rótulo aos “de fora”, frequentemente os estigmatiza com atributos como “os paz e amor”, “os hippie”, “os ambientalistas”. Cabe lembrar que o município possui um histórico muito violento em relação aos ambientalistas, de ameaças e atentados. Em 2014, um ambientalista foi baleado na porta de sua residência no distrito de Milho Verde e poucos meses depois foi alvo de um atentado com bomba. O secretário de meio ambiente também teve sua casa incendiada no mesmo ano.

A afirmação rotulada de que “são os de fora que não querem a mineração” expressa uma lógica excludente, como se os “de fora” não tivessem o direito de opinar no destino dos serranos nativos. E apesar da expressão “de fora” ser comumente usada para se referir aos não-nativos, quando proferida nessas situações do conflito, direcionada a todos que se opõem à mineração, parece também se referir aos moradores dos distritos e das comunidades quilombolas. Nesse caso, expressaria uma oposição entre o centro (sede do município) e a periferia (distritos e áreas rurais), ou, em outros termos, uma oposição entre as elites serranas da sede, que ditam os rumos do desenvolvimento do município, e seus “outros” construídos historicamente.

¹ Cada uma dessas organizações tem um histórico, objetivos e formas de atuação específicas na comunidade, os quais não será possível aprofundar neste trabalho, mas que pretendemos detalhar nos próximos.

Já os apoiadores da mineradora, identificados a partir de suas presenças nas audiências e reuniões do CODEMA², bem como por suas manifestações em redes sociais, são, principalmente, membros da elite política e econômica local, fazendeiros interessados na valorização das terras, alguns comerciantes, grupos interessados na especulação imobiliária e moradores das periferias da sede do município convencidos pela empresa de que serão beneficiados pelos postos de trabalho. Esses têm comparecido às reuniões do CODEMA e audiências públicas com faixas, cartazes e camisas padronizadas com dizeres em apoio à mineradora.

A empresa tem garantido empregos à população da periferia do Serro sem sequer ter seu projeto aprovado pelo licenciamento ambiental. Ela também comprou um espaço de publicidade fixo na primeira página do jornal Vila do Príncipe, único jornal local impresso que circula no Serro. A outra publicidade fixa na primeira página é da Anglo American.

Nas redes sociais, os moderadores dos dois grupos de Facebook mais acessados pela população serrana, o “Planeta Serro” e “A Voz dos Serranos”, onde vinham sendo compartilhadas informações sobre os benefícios da entrada da mineração no Serro, passaram a censurar as pessoas que questionavam tais benefícios e que, por outro lado, postavam informações expondo as irregularidades e riscos do Projeto Serro. Essas pessoas foram excluídas do grupo pelos moderadores sob o pretexto de que estavam gerando conflitos. Portanto, observa-se um alinhamento das principais mídias locais com os interesses das mineradoras, assim como mecanismos de controle e silenciamento da comunidade.

O controle e silenciamento também foi percebido e registrado, por meio de observações em campo, em comentários de pessoas que se sensibilizavam e conversavam com manifestantes durante os atos públicos em repúdio à mineração e comentários dos estudantes nas escolas públicas. Essas pessoas afirmavam apoiar o movimento, mas não podiam participar publicamente, porque seus padrões eram a favor das mineradoras. Foi também comum escutarmos ofensas aos manifestantes quando em atos como passeatas pelas ruas do Serro, em que moradores pertencentes às elites econômicas e políticas locais disparavam contra os manifestantes que eram “gente sem ter o que fazer”, que deviam “pegar uma enxada e trabalhar” ou “voltar pra roça”.

² Não pretendemos traçar perfis engessados dos grupos que apoiam a mineração e dos que são contra, pois reconhecemos a complexidade dessa configuração. A caracterização que apresentamos baseia-se em observações concretas, mas não se pretende rígida e generalizante.

A argumentação da mineradora e dos serranos que defendem sua entrada é construída com base no discurso sobre o desenvolvimento, a geração de empregos e a atuação da empresa pautada na sustentabilidade e segurança. A narrativa é de que o Serro é um município pobre, pouco desenvolvido, e a mineradora trará o desenvolvimento, aumentando a oferta de empregos e a arrecadação do município. Todavia, a empresa prevê a geração de apenas 250 postos de trabalho, mas parte considerável deles será ocupada por profissionais especializados vindos de fora, como é de praxe nas atividades minerárias. Além disso, a maior parte dos empregos se concentra na fase de implantação do empreendimento e posteriormente o número de empregos diminui. Importante também ressaltar que muitos trabalhos são realizados em situações degradantes, como foi denunciado por trabalhadores no caso ocorrido em Conceição do Mato Dentro, em área da empresa Anglo American (LEITE, 2020).

A Herculano alega atuar de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável e da segurança, porém é responsável pelo rompimento de uma barragem em Itabirito/MG, em 2014, que deixou trabalhadores e veículos soterrados, causou três mortes e danos ambientais. A seguir, destacamos trechos da apresentação da Herculano sobre o Projeto Serro, em publicação fixada no Jornal Vila do Príncipe, que abrange a cidade do Serro e mais quinze municípios da região. A chamada do texto é “Carta de conformidade da empresa Conemp do Grupo Herculano Mineração, na cidade de Serro, segue todos os trâmites legais”.

O Projeto de Mineração da Herculano, que obteve no último dia 03 de fevereiro, a CARTA DE CONFORMIDADE, emitida pelo município de Serro, utilizará um processo produtivo inovador, buscando a sustentabilidade e a produtividade, unindo pontos extremos da longa cadeia da produção mineral, com excelência e preservação do meio ambiente. [...] O Projeto do Grupo Herculano será tramitado em todos os órgãos competentes, possuindo responsabilidade técnica e ambiental [...]. O Projeto traz uma verdadeira perspectiva de mudança econômica na cidade, com geração de empregos com carteira assinada, renda, formação para todos os futuros profissionais contratados, além de um aumento no recolhimento do cofre público municipal com CFEM, ICMS e ISS. Com uma gestão inovadora e a preocupação com as comunidades que estão à volta de suas operações, o Grupo Herculano destaca que vai priorizar o desenvolvimento sustentável e a preservação da cultura local (JORNAL VILA DO PRÍNCIPE, 2021, grifo do autor).

Por todo o exposto, observa-se que o texto da empresa se baseia em aspectos que não correspondem à verdade dos fatos, como vem sendo questionado pela população e como demonstraram os estudos técnicos da UFMG e da ABA. Como sustentar que a empresa prioriza a segurança, a sustentabilidade e a preservação da cultura local, se essa mesma empresa apresenta

estudos ambientais falsos, burla o processo de licenciamento ambiental, desconsidera a comunidade quilombola de Queimadas e seus direitos coletivos?

São discursos que não se sustentam na prática e subsidiam uma tentativa de convencimento da população a partir do mito do desenvolvimento (RIST, 1997), muito arraigado no imaginário popular, com grande potencial de seduzir grupos em situação de vulnerabilidade econômica. Prometem um desenvolvimento que se apropriou do adjetivo sustentável, sem mudar efetivamente a estrutura de sua relação com a natureza.

Do lado da resistência ao empreendimento, as falácias desse modelo de desenvolvimento são expostas. Na fala a seguir, uma senhora da comunidade quilombola de Ausente, evocou a memória do garimpo para contrapor as promessas de desenvolvimento, bem como ressaltou a falência do atual modelo minerador a partir da memória das tragédias ocorridas em Mariana e Brumadinho, em 2016 e 2019, respectivamente:

Se a mineradora entrar, se eles consentirem dela entrar dentro das comunidades, nós vamo acabando morrendo todo mundo de fome, nós vamos acabar na miséria, porque meu pai trabalhou muito em garimpo e nós não tínhamos uma cama pra nós dormir e nós não tinha o que comer. Quem trabalha nos garimpos, quem enriquece já são os donos do garimpo, mas quem é o funcionário que trabalha pra colocar o minério na mão deles, não enriquece não, só sai é com uma mão adiante outra atrás [...]. Em tudo ela é uma destruidora e principalmente as mortes, porque a gente vê pela televisão a quantidade que a mineradora já destruiu de mortos e qual o dinheiro que paga, qual é o dinheiro que paga esses que estão soterrados? (Dona Carmen³, Comunidade Quilombola do Ausente, 2020).

Nesse sentido, vai ocorrendo o tensionamento entre as ideias de desenvolvimento, sustentabilidade e segurança, acionadas pela empresa. A argumentação contra o empreendimento está alicerçada na defesa dos territórios e modos de vida das comunidades tradicionais, do patrimônio histórico-cultural e da biodiversidade local, sobretudo a água, como consta nos seguintes trechos, retirados de um panfleto informativo e de depoimentos dos moradores registrados em vídeos que constam nas redes sociais do Movimento pelas Águas:

A população é guardiã de um rico patrimônio cultural formado por saberes afrodescendentes, indígenas, coloniais e camponeses: o modo de fazer do queijo artesanal, os congados e as festas de Nossa Senhora do Rosário, os cantos vissungos, as folias de Reis, os toques de sino e o ofício dos sineiros, as quitandas, o fubá de moinho [...], entre tantos outros conhecimentos e modos de vida tradicionais. As terras abrigam importantes áreas de proteção ambiental e uma enorme diversidade ambiental (panfleto Serro Território Livre de Mineração, 2020).

³ Foram adotados nomes fictícios para os moradores das comunidades quilombolas citados nos depoimentos.

Como a mineração pode destruir nossa região? Desvios e poluição das nascentes e rios; rebaixamento dos lençóis freáticos, secamento de poços artesianos e nascentes; redução dos fluxos (vazões) de água e do abastecimento de casas, plantações e criações; desarticulação da agricultura familiar; redução da produção de leite e queijo; poluição do ar e aumento de problemas de saúde; destruição da paisagem natural e do meio ambiente; impacto sobre os modos de vida tradicionais e quilombolas; destruição dos atrativos e da atividade turística; criação de um modelo econômico centralizado e dependente... (panfleto Serro Território Livre de Mineração, 2020).

Eu sou contra, pelo fato de que eu sou agricultora familiar, minha família é, e eu creio e imagino que vai afetar as águas e sem água também a gente não tem como tá com a nossa ação que é agricultura familiar, de tá produzindo pra vender (Laene, Comunidade Quilombola do Ausente, 2020).

A gente no Serro hoje sofre muito com falta d'água. [...] Enquanto quilombola, enquanto integrante de uma comunidade rural, eu acho que o desenvolvimento pro Serro no momento não é uma mineradora (Valter, Comunidade Quilombola de Queimadas, 2020).

No que tange à organização desse movimento de resistência que tem se configurado no Serro, é possível sistematizar as ações que vêm sendo desenvolvidas nos seguintes eixos, que estão inter-relacionados e descritos a seguir.

Mobilização popular. Implica o trabalho de base constante e as ações de comunicação. O trabalho de base tem sido realizado por meio de reuniões com as comunidades, formação militante, organização de ações coletivas, participação em encontros e trocas com experiências similares em outros lugares. Tem ocorrido junto às comunidades quilombolas e rurais, às paróquias, escolas, associações. Já o trabalho da comunicação implica a sistematização das informações, divulgação das denúncias e anúncios nas comunidades, redes sociais e mídias diversas. Também envolve busca de articulações com universidades e outros movimentos socioambientais.

Enfrentamento na esfera política. Agrupamos nesse eixo um conjunto de ações como: proposição de audiências públicas municipais e estaduais para debater o tema; proposição de mudanças em alguns projetos de lei e criação de outros; manifestações públicas; apresentação de abaixo-assinados; pressão por várias vias para aprovação do plano diretor do município – desde que o pedido da Herculano chegou ao CODEMA, houve o arquivamento da revisão do plano diretor no município pela Câmara Municipal, no qual a área onde se pretende a atividade de mineração é classificada como Manancial Hídrico –; articulação com mandatos que apoiam a causa. Foram elaborados os seguintes projetos legislativos: um projeto de alteração da lei municipal sobre a composição do CODEMA, visando maior representatividade e participação popular; um projeto de lei municipal de Turismo de Base Comunitária, com o objetivo de fomentar o turismo como

alternativa econômica à mineração; e de uma lei para defesa dos Direitos da Natureza, para reforçar a proteção à biodiversidade local.

Enfrentamento na esfera jurídica. Envolve ações e estratégias diversas de defesa e pressão por meios jurídicos, como assessoria jurídica à comunidade de Queimadas na defesa de seus direitos, parceria com advogados populares, autuação de órgãos da administração pública com conduta inadequada no processo de licenciamento ambiental, contestação das irregularidades do processo e denúncia das violações de direitos em várias instâncias como o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Ministério Público Estadual e Federal, denúncia à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Na consciência de que a demanda por trabalho e renda no Serro é real, mas que a mineração não é a solução, o movimento local também tem se dedicado a propor e apoiar ações que gerem alternativas econômicas para o lugar, sobretudo na área da agricultura, turismo ecológico e turismo de base comunitária, atividades ligadas às tradições culturais locais.

3. DESENVOLVIMENTO, NATUREZA E CULTURA EM DISPUTA: QUE COALIZÕES PARA OUTROS CAMINHOS POSSÍVEIS?

As descrições e reflexões sobre o conflito ambiental em torno da tentativa de implantação de mineradoras de ferro no Serro reafirmam dimensões que já vêm sendo amplamente discutidas na literatura sobre conflitos ambientais e mineração: o racismo ambiental (BULLARD, 2011), a colonialidade do poder (QUIJANO, 1992), as tentativas de burlar os ritos oficiais do processo de licenciamento ambiental, a fragilidade democrática de instituições como os conselhos municipais de meio ambiente, *o modus operandi* das empresas de cooptar e dividir a população, oferecer vantagens econômicas ao município, difundir informações falsas (LEITE, 2018; LEITE, 2020; ZHOURI, 2018).

O racismo e a colonialidade do poder se manifestam nitidamente na invisibilização da comunidade quilombola de Queimadas no primeiro EIA/RIMA apresentado pela Anglo American, na sua negação do direito à Consulta Livre, Prévia e Informada, na reincidência da negação à consulta por parte da empresa Herculano e na demora do TJMG em julgar o recurso da Federação Quilombola N'Golo por quase dois anos. Destacam-se também alguns aspectos do conflito entre interesses das elites serranas e o movimento de resistência local, que podem ser associados ao contexto colonial de formação sócio-histórica do Serro, como: o controle dos meios de comunicação locais, as práticas de censura pelas elites, o controle dos padrões sobre a vida política da população; a estigmatização dos

TENSIONAMENTOS ENTRE DESENVOLVIMENTO, NATUREZA E CULTURA

FONTES, R. B.; DE PAULA, A. M. N. R.

CONFLUÊNCIAS | ISSN: 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ

v.24, n.3 agosto/dez de 2022 | pp. 203-221

sujeitos que se destacam na resistência à entrada da mineradora; a tentativa de diminuir ou impedir a participação popular.

Portanto, a luta contra a entrada da mineração de ferro, além ser uma luta contra os ditames do capitalismo mundial na lógica neoextrativista, implica também a luta contra uma estrutura local colonial, opressora, coronelista, clientelista, racista e antidemocrática. E nesse sentido, o conflito ambiental tem evidenciado esses aspectos, bem como potencializou a reação popular a eles, articulando a luta por justiça ambiental à luta por justiça social.

Apesar de toda riqueza natural e cultural mencionada, o Serro é um município com baixos indicadores socioeconômicos e, nesse sentido, compartilha da contradição que permeia o Vale do Jequitinhonha: por um lado terra de muitas riquezas, por outro, estigmatizado como Vale da Miséria. Porém, como indicam pesquisadores com larga experiência nos estudos sobre o Vale, a naturalização da pobreza na região, como quase uma “vocação”, deve ser revista como um processo de empobrecimento deste lugar, mediante o descaso, a omissão do poder público e ainda projetos de desenvolvimento gestados de cima para baixo, que continuaram produzindo desigualdades e a devastação dos recursos naturais (GUERRERO, 2009; RIBEIRO *et al.*, 2007; RIBEIRO, 1993).

Portanto, está em questão o modelo de desenvolvimento que continua sendo imposto ao Vale do Jequitinhonha. Que outros caminhos possíveis podem ser gestados? Para resistir ao modelo de desenvolvimento hegemônico e ao complexo de violências que ele engendra, povos indígenas, tradicionais e camponeses, estão resistindo e criando alternativas a partir do lugar, de seus saberes, fazeres e cosmopolíticas, contra a mercantilização da natureza, em defesa dos seus territórios, dos modos de vida locais e de uma economia baseada em suas lógicas culturais e ecológicas (ESCOBAR, 2005; SVAMPA, 2016). Essa é uma das tendências que percebemos em Serro, nas ações populares que confrontam o modelo minerário de desenvolvimento e buscam gestar alternativas.

Nas palavras do antropólogo Arturo Escobar (2005, p. 80), trata-se de “ativar lugares, naturezas e conhecimentos locais contra as tendências imperiais do espaço, o capitalismo e a modernidade”. Escobar advoga uma defesa do lugar, buscando não essencializá-lo ou romantizá-lo. Nesse sentido, é instigante pensar: por quais processos essas comunidades podem canalizar as potencialidades de seus modos de vida, saberes e fazeres tradicionais em forças sociopolíticas capazes de resistir a projetos destruidores de suas bases ecoterritoriais de existência? Através de quais encontros, articulações, tensionamentos, instituições, coalizões, pedagogias? De que forma isso vem sendo feito no processo de resistência à mineração? Que aprendizados trazem esses processos? E

TENSIONAMENTOS ENTRE DESENVOLVIMENTO, NATUREZA E CULTURA

FONTES, R. B.; DE PAULA, A. M. N. R.

CONFLUÊNCIAS | ISSN: 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ

v.24, n.3 agosto/dez de 2022 | pp. 203-221

quais são os pontos de tensão e contradições a serem aprimorados/superados para que possam efetivamente mudar a correlação de forças, barrar projetos predatórios e pautar alternativas para uma vida solidária e sustentável? O caso do Serro parece apresentar uma boa oportunidade para exercitar essas questões, que semeiam novas pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contar do projeto da Anglo American, de 2014 até a atualidade, a proposta de implantação da mineração de ferro tem enfrentado sete anos de aguerrida resistência, protagonizada por comunidades quilombolas, rurais e por ambientalistas, que se organizam em frentes de ações diversas. O processo de luta e resistência tem aproximado comunidades quilombolas, professores e estudantes universitários, militantes de movimentos sociais, ambientalistas da sede do município e militantes de outras cidades e Estados, num esforço conjunto para pensar o destino coletivo do lugar. Logo, é notável que o processo de enfrentamento e resistência à mineração imprimiu uma dinâmica nova aos processos de politização da vida e da cultura no município.

A descrição e análise do conflito mostrou que estruturas coloniais, racistas e antidemocráticas ficaram explícitas, reafirmando mais uma vez o alinhamento dessas perspectivas com projetos neoxtrativistas e o mito do desenvolvimento, materializados no projeto minerário em questão. Portanto, a luta popular para resistir ao projeto de mineração é também uma luta contra a colonialidade do poder e pela radicalidade da democracia, que tem implicado, no contexto local, em um processo contínuo, sistemático e articulado de trabalho de base, formação, sensibilização e conscientização da população, disputa dos espaços públicos de debate, dos meios de comunicação, enfrentamento político e jurídico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACP – AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA. Apresentada ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Serro: [s.n.], 2021. Documento disponibilizado pelo Movimento pelas Águas do Serro e Santo Antônio do Itambé.

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária-Elefante, 2016. p. 43-68

ABA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Parecer técnico Projeto de mineração no Serro - Minas Gerais. 2021. Disponível em: http://www.abant.org.br/files/20210420_607ed57c90942.pdf. Acesso em 20 ago. 2021.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. Certificação quilombola. 05 de fevereiro de 2021. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-mg-05022021.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2021.

BULLARD, Robert D. **Environment and Morality**: confronting environmental racism in the United States. Conference in UNRISD International Conference on Racism and Public Policy, 2011. p 1-22.

COSTA, Tiago Geisler Moreira. **A comunidade de Queimadas frente à expansão minerária no Alto Jequitinhonha**: a defesa de um território. 2017. 108f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais - MESPT) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

ESCOBAR, Arturo. O Lugar da Natureza e a Natureza do Lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (org). **A Colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Ciudad Autonoma de Buenas Aires: Perspectivas Latino-americanas. Colección Sur. CLACSO, 2005. p. 133-168.

GUERRERO, Patrícia. Vale do Jequitinhonha: A região e seus contrastes. **Revista Discente Expressões Geográficas**, Florianópolis, n. 5, p. 81-100, maio 2009. Disponível em: <http://www.cecs.unimontes.br/index.php/pt/component/k2/vale-do-jequitinhonha-a-regiao-e-seus-contrastes>. Acesso em: 9 set. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/serro/pesquisa/23/25124>. Acesso em: 18 ago. 2022.

JORNAL VILA DO PRÍNCIPE. Carta de conformidade da Empresa Conemp do Grupo Herculano Mineração, na cidade de Serro, segue todos os trâmites legais. Belo Horizonte, [s.n.], 2021. Disponível em: <https://jornalviladoprincipe.com.br/?pg=noticia&id=1156&cidade=20>. Acesso em: 9 set. 2021.

LEITE, Matheus de Mendonça Gonçalves Leite. Por que somos contra o empreendimento minerário denominado “Projeto Serro”? Uma reflexão crítica sobre democracia e desenvolvimento inclusivo na cidade do Serro. **Quaestio Iuris**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 1023-1068, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/47156>. Acesso em: 27 ago. 2021.

MANDADO DE INJUNÇÃO COLETIVO. Contra a omissão do Poder Público no município do Serro, Minas Gerais, em promover a revisão do Plano Diretor da cidade de Serro [s/n], 2021. Disponível em: <https://coletivomargaridaalves.org/wp-content/uploads/2021/03/MANDADO-DE-INJUNCAO-MUNICIPIO-DO-SERRO.pdf>. Acesso em: 9 set. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad-razionalidad. *In*: BONILLO, Heraclio (comp.). Los conquistados. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992. p. 437-449. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria; SILVESTRE, Luiz Henrique; CALIXTO, Juliana Sena; ASSIS, Thiago de Paula; AYRES, Eduardo Barbosa Ayres. Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. **RER**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 1075-1102, out/dez 2007. Impressa em novembro 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/tmgWcjhHDsRFXp3YM5LQq7m/?lang=pt>. Acesso em: 26 ago. 2021.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Campesinato: resistência e mudança** – o caso dos atingidos por barragens do Vale do Jequitinhonha. 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

RIST, Gilbert. **El desarrollo**: historia de una creencia occidental. Madrid: Catarata, 2002.

SERRO Território Livre de Mineração. **Folder informativo**. Serro, 2019.

SVAMPA, Maristela. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 140-171.

ZHOURI, Andréa. Introdução. Produção de conhecimentos num ‘campo minado’. *In*: ZHOURI, Andréa (org.). **Mineração, violências e resistências**: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, 2018. p. 8-26.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Conflitos Ambientais. 2010. Disponível em: https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI_LASCHEFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf. Acesso em 9 set. 2021.

AUTORAS

Roberta Brangioni Fontes

Doutoranda em Desenvolvimento Social, na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes/MG). Bolsista CAPES. Mestre em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa (UFV). Graduada em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: betabrangioni@yahoo.com.br

Orcid: 0000-0002-3093-6294

Andréa Maria Narciso Rocha De Paula

Professora doutora em Geografia Humana no curso de Ciências Sociais, lotada no Departamento de Política e Ciências Sociais (DPCS) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes/ MG). Docente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social. Professora permanente no Programa de Pós Graduação associado UFMG/UNIMONTES em Sociedade, Ambiente e Território.

E-mail: andreasertao@gmail.com

Orcid: 0000-0003-2586-4043